

É preciso criar metas de poupança e investimento públicos

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA
DE ESPECIAL PARA A FOLHA

03/03/2016

Em janeiro do ano passado, quando a sociedade brasileira se deu conta de que o país estava entrando em recessão, as previsões dos economistas no boletim Focus do Banco Central eram que a economia cresceria 0,5% em 2015, mas o PIB caiu cerca de 4%.

Por outro lado, o então ministro Joaquim Levy (Fazenda) decidiu promover ajuste fiscal, devido ao desarranjo das contas públicas acontecido no ano anterior, e previu um superavit primário de 1,1% do PIB, mas afinal o que tivemos foi um deficit primário de 2,1% do PIB.

A recessão, portanto, está sendo muito mais grave do que foi previsto. E o deficit primário de 2014, que decorreu em grande parte das desonerações fiscais equivocadas realizadas pelo governo e foi uma das causas da perda de confiança, em vez de diminuir com o ajuste realizado em 2015, aumentou porque a queda da receita que a recessão já implicava foi maior do que se esperava, devido, em parte, ao próprio ajuste.

É preciso, portanto, que repensemos a política de ajuste. Sugiro que é hora de pensarmos em termos de poupança e investimento público.

As duas principais justificações do ajuste pró-cíclico que foi realizado eram a grave crise de confiança enfrentada pelo governo, que tinha como uma de suas causas a má condução do Orçamento público em 2013 e 2014, e a falta de espaço fiscal que essa política causara. Neste ano de 2016, as duas causas continuam presentes, mas está claro que a presidente Dilma Rousseff reconheceu o erro fiscal que cometeu e está empenhada em corrigi-lo.

Diante desses fatos, proponho uma mudança na política fiscal. O ajuste deve continuar e se aprofundar na despesa corrente, enquanto o governo inicia o mais rapidamente possível um plano de investimento próprio na infraestrutura, além do realizado por meio de concessões.

A distinção entre despesa de custeio ou de consumo e investimento público já fora realizada por Keynes. Sem prejuízo de continuar a considerar o superavit primário, minha proposta é que a principal meta fiscal passe a ser a da poupança pública, ou seja, a receita menos a despesa de custeio.

O Brasil está há vários anos apresentando poupança pública negativa, o que é inaceitável, porque, além de desequilibrar as contas públicas, não permite o financiamento do investimento público.

Nessa proposta, a meta de poupança pública deve ser de 2% do PIB. E devemos ter também uma meta de investimento público. Para isso proponho, que ele seja de 20% do investimento total, o qual, em um primeiro momento, suporei ser de 20% do PIB. Logo, a meta de investimento público será de 4% do PIB, que, segundo regra também estabelecida nessa reforma, seja metade com poupança pública e metade com deficit público, que, nesse caso, será de 2% do PIB –um deficit que deverá ser compatível com a redução da relação dívida-PIB, pois é razoável supor que o PIB cresça em tempos normais mais do que isso.

Naturalmente, essa deve ser a meta. Agora, ao mesmo tempo em que o governo continua a cortar despesas duramente, ele fica autorizado a realizar investimentos sem se preocupar com o deficit público. Estamos em uma emergência, na qual o gasto contracíclico é imperativo.

E não haverá, da parte do governo, nenhum afrouxamento fiscal no plano da despesa pública, porque ele deverá apresentar um plano de como e em que tempo alcançará a poupança pública de 2% do PIB e, com o investimento público sendo realizado de acordo com a meta de 20%, quando o país voltará a diminuir a sua relação dívida pública bruta/PIB.

É nos momentos de grande crise, como aquele em que vivemos, no qual o desemprego não para de aumentar, que as grandes medidas e as grandes reformas devem ser realizadas. Estou propondo aqui uma reforma fiscal, que deve ser completada com a reforma da Previdência, com a reforma que dê

poder ao governo para impedir que a taxa de câmbio volte a se apreciar e com a reforma da desindexação, que é necessária para reduzir o custo do controle da inflação.

E, naturalmente, deverá ser acompanhada pela redução da taxa de juros pelo Banco Central, porque o problema agora é superar a recessão, e já está claro que a taxa atual é ineficaz dada a indexação formal e informal da economia.